



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CAMPUS POETA TORQUATO NETO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL**  
**CURSO: LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**CASSYUS LUCAS SAMPAIO DE SENA**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA VILA IRMÃ DULCE EM TERESINA -  
PI.**

Teresina (PI)

2024

CASSYUS LUCAS SAMPAIO DE SENA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA VILA IRMÃ DULCE EM TERESINA -  
PI.**

Monografia elaborada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Geografia, sob a orientação do professor Dr. Jorge Eduardo de Abreu Paula.

Teresina (PI)

2024

S474p Sena, Cassyus Lucas Sampaio de.

A produção do espaço urbano na Vila Irmã Dulce em Teresina - PI  
/ Cassyus Lucas Sampaio de Sena. - 2024.  
50f.: il.

Monografia ( graduação ) - Universidade Estadual do Piauí -  
UESPI, Centro de Humanas e Letras, Licenciatura Plena em  
Geografia, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Jorge Eduardo de Abreu Paula".

1. Vila Irmã Dulce. 2. Agrupamentos Subnormais. 3. Geografia  
Urbana. I. Paula, Jorge Eduardo de Abreu . II. Título.

CDD 711

Dedico este trabalho ao supremo criador que se manifestou inúmeras vezes nos momentos mais desafiadores, a todos os professores, familiares e amigos que estenderam suas mãos e seus conselhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus supremo criador do universo e de todas as coisas que nele habitam, as vivas e as não vivas, as compreensíveis e as incompreensíveis, as visíveis e as invisíveis, sempre se fez sentir ao meu lado durante minha caminhada nesta ínfima esfera principalmente nos momentos de dificuldade. Agradeço também a todos os mentores espirituais que com sua altíssima paciência me acompanharam e acompanham durante toda minha vida e claro durante a minha trajetória na graduação, agradeço aos mentores espirituais do Sr. Orlando meu pai de coração, da minha mãe e dos meus irmãos que sempre tem nos estendido as mãos na turbulência dos desafios do mundo.

Agradeço a minha mãe que sempre me incentivou a estudar, enfrentou muitos desafios, mas nunca desistiu embora tenha encontrado em sua vida um muro tão alto que pensamos muitas vezes jamais conseguir escalar, mas hoje chegamos até aqui, talvez ainda estejamos subindo esse muro, mas sua determinação foi e é um dos meus maiores incentivadores.

Agradeço à minha avó D. Maria José que me acolheu em sua casa durante os primeiros dois anos do curso e que sempre me preparou deliciosas refeições e lanches, sempre me apoiou durante o curso até mesmo ajudou com algumas atividades da universidade.

Agradeço ao meu querido tio Rogério que muitas vezes me levou pra universidade, sempre conversava comigo, me dando apoio, animando todo mundo na hora do jantar e estava sempre querendo aprender sobre as tecnologias, meu querido tio espero poder um dia ter o merecimento de na espiritualidade agradecer por todas as coisas.

Agradeço muito ao Professor Dr. Jorge Eduardo de Abreu Paula pelas suas orientações no trabalho, pela sua paciência, seus conselhos, sua disponibilidade e palavras de incentivo que me ajudaram significativamente no desenvolvimento deste trabalho.

Devo dizer também muito obrigado a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luzineide Gomes Paula por todos os aconselhamentos e também pelos sorrisos e mãos que não diziam uma palavra, mas foram fortes o suficiente para nos transmitir incentivo e coragem. Obrigado também Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabeth Mary Baptista pelas instruções, ensinamentos técnicos e teóricos e pelo incentivo ao desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a todos os professores do curso de Licenciatura Plena em Geografia da UESPI, que sempre buscaram os melhores meios de nos transmitir o conhecimento, buscando não só a formação de profissionais, mas também de cidadãos com consciência social, ambiental e pensamento crítico.

Venha o teu Reino, seja feita a tua vontade, seja na Terra como é no Céu

São Mateus 6: 10

## RESUMO

A produção do espaço urbano a partir de agrupamentos subnormais é um processo complexo que envolve diferentes fatores sociais, econômicos e políticos. Este trabalho tem como objetivo geral apresentar a dinâmica de ocupação e uso do espaço da Vila Irmã Dulce em Teresina, na zona sul da cidade, e observar como se deu sua produção urbana ao longo dos anos. Como objetivos específicos, busca-se caracterizar o processo de ocupação da comunidade e verificar como foram implantados os primeiros equipamentos de suporte à população, como escolas, postos de saúde, segurança e creches. A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se em levantamento bibliográfico e em pesquisa de campo. Para a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com moradores antigos da comunidade, especialmente aqueles com mais de quinze anos de moradia no local. Também foram buscadas informações em fontes oficiais como a Superintendência das Ações Administrativas Descentralizadas (SAAD Sul) e documentos acadêmicos que tratam da formação e do crescimento da Vila Irmã Dulce. Ao longo do trabalho, foi possível identificar que a ocupação se deu de forma organizada, com participação ativa de movimentos sociais, igrejas e lideranças comunitárias, em uma tentativa de garantir o direito à moradia digna. Os resultados mostraram que, mesmo diante das dificuldades, os moradores conseguiram importantes conquistas, como a chegada de infraestrutura, construção de escolas e a luta por regularização fundiária. Por outro lado, ainda existem desafios, como a precariedade da segurança pública e a situação legal de muitas residências. A história da Vila Irmã Dulce é marcada por luta, resistência e organização popular, e esse trabalho busca registrar e valorizar esse percurso na construção do espaço urbano da capital piauiense.

**Palavras-chaves:** *Vila Irmã Dulce; Agrupamentos Subnormais; Geografia Urbana;*

## ABSTRACT

The production of urban space through informal settlements is a complex process involving multiple social, economic, and political factors. This study aims to present the dynamics of occupation and use of space in Vila Irmã Dulce, located in the southern zone of Teresina, and to observe how its urban development unfolded over the years. The specific objectives are to characterize the occupation process of the community and to analyze how the first public support facilities—such as schools, health centers, policing, and childcare services—were implemented. The methodology adopted in this research includes bibliographic review and fieldwork. For the fieldwork, interviews were conducted with long-term residents of the community, especially those who have lived in the area for more than fifteen years. Official data were also collected from sources such as the Superintendence of Decentralized Administrative Actions (SAAD Sul) and academic documents that deal with the formation and growth of Vila Irmã Dulce. Throughout the study, it was found that the occupation was carried out in an organized manner, with active participation from social movements, churches, and community leaders, in an effort to ensure the right to dignified housing. The results indicate that, despite challenges faced by families—such as low income, limited education, and exclusion from public services, residents achieved significant gains. These include access to electricity, piped water, paved streets, the construction of schools, health centers, public squares, and the inclusion of the community in housing programs. It was also observed that local organization improved over time, through residents' associations and community councils, which helped in negotiations with public authorities. However, challenges remain, including poor public safety, irregular policing, and the legal uncertainty of many properties that still lack formal documentation. The history of Vila Irmã Dulce is marked by struggle, resilience, and community organization, and this research seeks to record and value this journey in the construction of urban space in the capital of Piauí.

**Keywords:** *Vila Irmã Dulce; Subnormal Groupings; Urban Geography.*



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>O ESPAÇO URBANO COMO MERCADORIA NÃO ACESSÍVEL PARA TODOS</b>	<b>11</b>
2.1	Os conflitos sociais e a segregação dos centros urbanos	13
2.2	Conceituando termos de ocupações irregulares	15
2.3	O processo de ocupação da Vila Irmã Dulce	17
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA VILA IRMÃ DULCE</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>27</b>
4.1	Tempo de Moradia	27
4.2	Escolaridade	30
4.3	Rendimento familiar.	38
4.4	Dos primeiros momentos da ocupação aos primeiros equipamentos de suporte à comunidade.	40
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com moradores mais velhos da comunidade</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano é o resultado de uma série de processos sociais, econômicos, históricos e políticos que acontecem em tempos e formas distintas. Esses processos expressam a ação dos sujeitos e das classes sociais na construção das cidades, revelando tanto as desigualdades quanto as resistências existentes nas periferias urbanas. Assim, é possível perceber que o espaço urbano não é neutro nem tampouco natural, mas construído socialmente a partir das contradições da sociedade e dos interesses que atuam sobre ele.

No Brasil, as desigualdades sociais sempre estiveram diretamente ligadas ao acesso à terra e à moradia. A urbanização acelerada e desordenada, somada à histórica concentração fundiária e à ineficácia das políticas públicas habitacionais, empurrou milhares de famílias de baixa renda para áreas marginalizadas, sem estrutura adequada e, muitas vezes, sem qualquer reconhecimento legal. Como consequência, surgiram as ocupações, os loteamentos informais e os assentamentos precários que, com o passar do tempo, passaram a compor o tecido urbano das cidades brasileiras. Mesmo enfrentando diversos desafios, esses espaços se transformaram em bairros vivos, onde a organização comunitária passou a desempenhar um papel central na busca por melhorias e dignidade.

Na cidade de Teresina não foi diferente. A periferia urbana se expandiu à medida que famílias sem moradia formal se organizavam para ocupar áreas não utilizadas, muitas vezes em regiões afastadas do centro e carentes de serviços básicos. Nesse cenário, destaca-se a Vila Irmã Dulce, localizada na zona sul da cidade, cuja origem está diretamente ligada a uma ocupação popular articulada por diferentes grupos sociais, incluindo igrejas, movimentos populares e lideranças comunitárias. A Vila, que no início enfrentou grande precariedade, foi aos poucos conquistando melhorias e construindo uma identidade própria, sendo hoje reconhecida por sua luta, sua força coletiva e sua capacidade de mobilização.

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar a dinâmica de ocupação e uso do espaço da Vila Irmã Dulce, considerando os processos sociais e territoriais que marcaram sua formação e desenvolvimento. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) caracterizar o processo de ocupação da comunidade, identificando suas origens e principais etapas; e (2) verificar como foram implantados os primeiros equipamentos públicos que deram suporte à população, como escolas, postos de saúde e infraestrutura urbana básica.

A metodologia utilizada baseou-se em dois caminhos principais: a pesquisa bibliográfica, que forneceu embasamento teórico sobre os conceitos de espaço urbano, ocupações e produção da cidade; e a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas com

moradores antigos da Vila Irmã Dulce, principalmente aqueles que vivenciam a realidade da comunidade há mais de quinze anos. Também foram consultadas fontes documentais, como registros públicos da SAAD Sul, imagens fotográficas e documentos acadêmicos que abordam a história do bairro. A partir desses dados, foi possível compreender de forma mais concreta como a comunidade se constituiu e como se organizou ao longo dos anos para conquistar seus direitos.

É importante destacar que o papel dos sujeitos envolvidos nesse processo — moradores, lideranças e instituições locais — foi fundamental para transformar uma área antes marginalizada em um território dotado de significados, redes de solidariedade e vida coletiva. Analisar essa trajetória permite não apenas compreender melhor a realidade da Vila Irmã Dulce, mas também refletir sobre as formas pelas quais as camadas populares constroem o espaço urbano a partir de suas próprias estratégias, saberes e resistências.

Acredita-se que refletir sobre esse processo de produção do espaço urbano é essencial para compreender não apenas a realidade da Vila Irmã Dulce, mas também para revelar os mecanismos de exclusão e luta que estão presentes em muitas outras comunidades espalhadas pelas cidades brasileiras. Este trabalho busca, assim, contribuir para esse debate, valorizando a voz dos sujeitos envolvidos e reconhecendo o espaço como produto da ação humana em meio às contradições do mundo urbano.

## 2 O ESPAÇO URBANO COMO MERCADORIA NÃO ACESSÍVEL PARA TODOS

Para entender o processo de ocupação de zonas periféricas dos centros urbanos e a formação das vilas e/ou comunidades, primeiro precisamos nos redirecionar para as décadas de 50 a 70, anos estes que foram marcados por uma crescente animosidade econômica em nosso país que se deu por conta da aplicação de capital externo e investimentos no Brasil, consequentemente os centros urbanos se desenvolveram e se tornaram um atrativo para as pessoas que viviam nas zonas rurais.

Atraídas muitas vezes pela ilusão de que o crescimento físico do espaço e das atividades econômicas pululantes que ali ocorriam, era reflexo de abundância e atividade remunerada garantida e por conseguinte de uma vida melhor. O problema é que muitas dessas pessoas não possuíam as qualificações exigidas para conseguir vagas de trabalho e acabavam em serviços informais, subempregos, ou mesmo não conseguiam nada para poder se manter no novo espaço, e sem uma renda não conseguiam um lugar adequado para viver. Para Corrêa (2002, pág. 29) “[...] a habitação é um dos bens cujo acesso é seletivo do qual uma enorme parcela da população não tem acesso, quer dizer, não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel [...].”

Nesse contexto, Rodrigues Neto (2005) adverte que o processo de ocupação do espaço urbano não veio acompanhado por políticas públicas que possibilitassem a inclusão social de um grande contingente populacional, tendo em vista que o intenso fluxo migratório campocidade configura-se como um dos principais fatores para o aumento da população nas cidades. Como consequência deste processo tem-se uma “desorganização” do espaço urbano, uma vez que muitos não têm condições de acesso à moradia digna.

Rodrigues (2003) destaca que de alguma forma é preciso “morar” e que esta é uma necessidade básica do indivíduo. Lima (2010, pág. 144) corrobora com esta discussão e revela que “[...] na ausência de política urbana ampla e consistente, reproduz-se a dinâmica de apropriação/exclusão do espaço urbano”. De acordo com Corrêa (2002, pág.29), “este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente [...] correlatos [...] estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego [...]”, dentre outros fatores.

Faria e Calixto (2008, p. 122) lembram que “[...] a problemática da ocupação não se agrava pela falta de moradias ou de espaço para construir e sim porque o espaço urbano constitui-se numa mercadoria não acessível a todos”. Deste modo, uma parcela significativa da população urbana, tendo em vista a indisponibilidade de renda suficiente, busca diversas

possibilidades de acesso à moradia, a exemplo das ocupações urbanas irregulares (em terrenos públicos e/ou privados), embora as condições sejam deficitárias

Implantado o processo de urbanização no Brasil, surgiram uma série de dificuldades para a recém-nascida sociedade urbana da década de 90 e a falta de moradia foi uma dessas dificuldades, não só no Brasil mas em todo o mundo e principalmente ou mais acentuadamente nos países subdesenvolvidos, essas pessoas que continuaram se descolando para as cidades acabavam a própria sorte, quando não conseguiam retornar para a zona rural, acabavam dirigindo-se para as periferias dos centros urbanos, ocupando espaços muitas vezes cobertos de áreas verdes e matas, longe de toda infraestrutura e assistência do estado.

E ali levantavam casas simples, que podiam/podem ser barracos improvisados, palafitas ou casas de pau-a-pique, também conhecidas como casas de taipa como foi o caso da Vila Irmã Dulce situada na zona sul da cidade de Teresina estado do Piauí, e aos poucos outros indivíduos associavam-se ao primeiros e com o passar do tempo, surgiam agrupamentos de habitações denominados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde o censo de 1991 como aglomerados subnormais, onde define que:

“Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos, palafitas, entre outros.”

Após algum tempo e ampla discussão com movimentos sociais, comunidade acadêmica e órgãos governamentais, o IBGE adotou uma nova denominação "Favelas e Comunidades Urbanas", com essa mudança, o IBGE volta a adotar o termo "Favela", que já era utilizado pelo órgão desde 1950, e adiciona o termo "Comunidades Urbanas", conforme identificações mais recentes. Importante ressaltar que os critérios para identificação e mapeamento dessas áreas, que nortearam a coleta do Censo Demográfico 2022, permanecem inalterados. A mudança se trata apenas da adoção de um novo nome e da reformulação dos critérios, refletindo uma nova abordagem do instituto em relação ao tema.

Durante o processo de revisão da nomenclatura, a designação "Favelas e Comunidades Urbanas" emergiu como a mais alinhada com as discussões conduzidas, destacando-se sua popularidade entre lideranças comunitárias consultadas, especialmente fora da Região Sudeste do Brasil, e sua relevância refletida nas práticas sociais e comunitárias de formação desses territórios. Os especialistas ressaltaram que, apesar de não ser originalmente científico, o termo

"favela" é reconhecido e amplamente aceito pela população para descrever essas áreas. A inclusão do termo "comunidade" visa reproduzir uma autodesignação frequentemente utilizada pelos moradores, ainda que não deva ser confundida com o conceito sociológico ou antropológico de comunidade. A manutenção do qualificativo "urbano" é considerada essencial para direcionar a compreensão para a produção das cidades e evitar ambiguidades. Por fim, o IBGE destaca que as favelas e comunidades urbanas continuam sendo categorizadas como territórios, ressaltando a desigualdade na produção do espaço urbano sob a perspectiva da territorialização, influenciada pela dinâmica da economia política das cidades e pelo conflito entre reprodução social e econômica, além do uso complementar do termo "territórios populares" na definição do conceito.

## **2.1 Os conflitos sociais e a segregação nos centros urbanos**

Para se compreender a realidade dos conflitos sociais que surgem no processo de ocupação das zonas periféricas, é importante conhecermos os diferentes meios de produção do espaço urbano, embora seja realizada de modo coletivo sua apropriação ocorre de forma privada e seletiva, onde não se espera do espaço um valor de uso, mas sim um valor de troca, desta forma o espaço urbano é um condicionante social, pois o espaço construído desempenha um papel importante na produção do capital e na reprodução da sociedade. Para Corrêa (2002), existem agentes transformadores do espaço urbano e eles podem ser: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Estes agentes estão inseridos dentro de uma temporalidade e assim se utilizam das técnicas existentes naquele período para realizar sua espacialização. Deste modo, eles materializam no espaço os processos e os fenômenos sociais no local onde atuam. Assim as atividades realizadas no espaço urbano por esses agentes desempenham um papel arbitrário tornando o uso do solo urbano em mercadoria, onde desta forma “[...] são os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradição e, portanto, sem luta”. (CARLOS, 2001, p.42).

É mister levar em consideração que a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico neutro (que reflete o interesse dominante de um dos agentes) que regula sua atuação, todavia, nem sempre o espaço é produzido legalmente, e é aí que surgem os conflitos, pois no

momento que uma pequena parcela desses agentes (como os proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários) possuem grande parte do espaço (ainda que legalmente) sob seu domínio, e aqui ele é tratado como um bem de mercado, algo que possui valor financeiro, em outras palavras, é um investimento, a maior parte da população por possuírem baixa renda, ou por até mesmo não possuírem renda alguma, são incapazes de comprar um imóvel, ou mesmo um lote ou pedaço de terra.

A moradia, um direito fundamental, tornou-se um bem cujo acesso é seletivo. Isso significa que nem todos têm igualdade de oportunidades para adquirir ou manter uma moradia digna. Grande parte da classe trabalhadora enfrenta dificuldades para obter moradia adequada. Essa exclusão não é um fenômeno isolado, mas sim um sintoma de desigualdade social e econômica.

Façonha (1998, p. 33) destaca que “o campo de lutas no qual se tornou o espaço urbano, resultado dos conflitos e das alianças entre os agentes produtores da cidade, marginalizou uma parcela da população urbana, privando-a [...] do direito a uma moradia digna”. Deste modo, verifica-se que a propriedade da terra passa a ser o desejo daqueles que vivem na cidade, no entanto, não têm condições de pagar por ela.

Spósito (2004) destaca que as pessoas quando não podem comprar um lugar para morar, ocupam terrenos para depois construírem suas moradias e isso gera um clima de tensão que provoca o surgimento de movimentos de reação a essa situação. De acordo com Spósito (2004, p. 62)

No Brasil, as reações já fazem sentir não apenas nas regiões metropolitanas. Em cidades médias, aparecem os movimentos dos chamados “sem teto”, ora mais ora menos organizados, sempre reivindicando a moradia, mas muitas vezes buscando apenas o terreno, sobre o qual, através dos sistemas de autoconstrução ou mutirão, as próprias famílias construirão suas casas.

Neste contexto podemos perceber que os conflitos nascem da tensão gerada pela diferença de interesses que existe entre aqueles que possuem e os que não possuem, quer seja uma porção do espaço urbano, um lote, um terreno, quanto o capital para adquirir um destes. Os conflitos urbanos são intrínsecos à luta pela justiça espacial, soluções requerem políticas públicas que reduzam a desigualdade por meio da distribuição de recursos de forma mais equitativa, que sejam expandidos e facilitados os programas de acesso à moradia para que garantam que todos tenham um lugar digno para viver

## 2.2 Conceituando termos de ocupações irregulares

Durante a segunda metade da década de 1990 várias reivindicações se espalharam por todo o território nacional, e não foi diferente na cidade de Teresina onde, impulsionadas pela crise habitacional na cidade e pela ineficiência de políticas públicas capazes de garantir o direito à moradia e a cidadania, houve um aumento de conflitos.

Desses conflitos, surgiram as reivindicações destacando-se as ocupações urbanas irregulares, que segundo Viana (1999, p.27) são “[...] indiscutivelmente, formas de acesso à moradia que se processam às bordas do mercado formal, na medida em que ocorrem enquanto transgressão às leis do mercado e às margens do sistema jurídico instituído”.

Viana (1999) destaca que muitos são os termos utilizados para caracterizar a atitude de ocupar um terreno que legalmente pertence a outrem sem autorização ou concordância. Ela revela que os termos, “invasão”, “ocupação”, “favela” e “vila”, dentre outros, são utilizados na linguagem cotidiana, assim como na literatura jurídica e acadêmica para caracterizar usurpação, ou seja, uso ou apropriação indevida de propriedade alheia.

Dentre várias conceituações presentes na literatura que trata sobre esta temática, Carvalho (2000) utiliza o termo “invasão” para designar o ato de tomar algo que esteja sendo utilizado de forma adequada pelo seu proprietário e, “ocupação”, diz respeito em estar de posse de uma área que não esteja adequadamente utilizada, ou seja, não está assumindo sua função social. ALMEIDA (2006, pág.1) reforça esta ideia e destaca que “invasão”, “[...] possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. A [...] “ocupação” mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é a posse [...] legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada”.

Neste contexto, o Censo de Vilas e Favelas (1999, pág. 9) destaca que a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) considera como

[...] Vila: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto sem obedecer às exigências feitas pela lei de parcelamento do solo, mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada. Favela: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto geralmente localizada em áreas de risco iminente (alagamento/desmorramento) ou em leito de vias públicas (ruas e/ou avenidas) sujeitas quase sempre a remoção.

Segundo Viana (1999, pág. 23), na conceituação dos termos “vila” e “favelas” a PMT não considera como fator determinante a quantidade de domicílios que conjugam estas áreas.



Ela revela também que muitas ocupações locais evitam o termo “favela” por considerá-lo mais pejorativo do que vila. Neste sentido, Viana (1999, pág. 25) destaca que “a área de vila [...] é, em Teresina, uma ocupação que apresenta condições para a urbanização; situação diferente das favelas, onde a situação de carência é, geralmente, mais grave, sobretudo no que diz respeito às condições de habitabilidade”

Vale lembrar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) faz uso do termo aglomerados subnormais para designar assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Este termo foi utilizado pela primeira vez no censo demográfico de 1991, sendo este conceito utilizado, sob certo grau de generalização, uma vez que busca englobar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país.

Para designar a identificação dos aglomerados subnormais o IBGE (2010) leva em consideração alguns critérios como: a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais, bem como construções não regularizadas por órgãos públicos) e/ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais.

Verificando a existência de uma multiplicidade de conceitos e metodologias que parecem refletir a complexa estrutura social e urbana é importante considerar que Queiroz (2015), destaca que é de fundamental importância utilizar a variedade de escalas para que se possa compreender o grau de heterogeneidade ou de homogeneização destas áreas. Neste sentido, Queiroz (2015, p. 351) argumenta que a “[...] variabilidade observada entre os níveis locais, regionais e mundiais é muito grande, fato que influencia diretamente o levantamento e dificulta a comparação dos dados”.

Um outro conceito que deve ser considerado nesta discussão refere-se à utilização do termo “Parque” para designar áreas de moradia em Teresina. De acordo com Viana (1999), em Teresina, o poder público local tem adotado esta denominação para estabelecer diferenciação entre áreas de ocupação e áreas de assentamentos planejadas pela prefeitura. O Censo de Vilas e Favelas (1999, p. 9), corrobora com a autora ao afirmar que “Parques” são “[...] loteamentos feitos pela Prefeitura obedecendo todos os requisitos vigentes na legislação de parcelamento do solo”.

### 2.3 O processo de ocupação da Vila Irmã Dulce

A ocupação da área que atualmente corresponde à Vila Irmã Dulce ocorreu de forma espontânea e coletiva, como resposta à falta de acesso à moradia formal enfrentada por diversas famílias em situação de vulnerabilidade. O local, situado na zona sul de Teresina, começou a ser ocupado ainda na década de 1990, em uma área desabitada, com infraestrutura inexistente e sem nenhuma assistência do poder público. A ausência de alternativas habitacionais e o elevado custo dos aluguéis levaram essas famílias a se unirem em busca de um espaço onde pudessem construir suas casas e recomeçar suas vidas com mais dignidade.

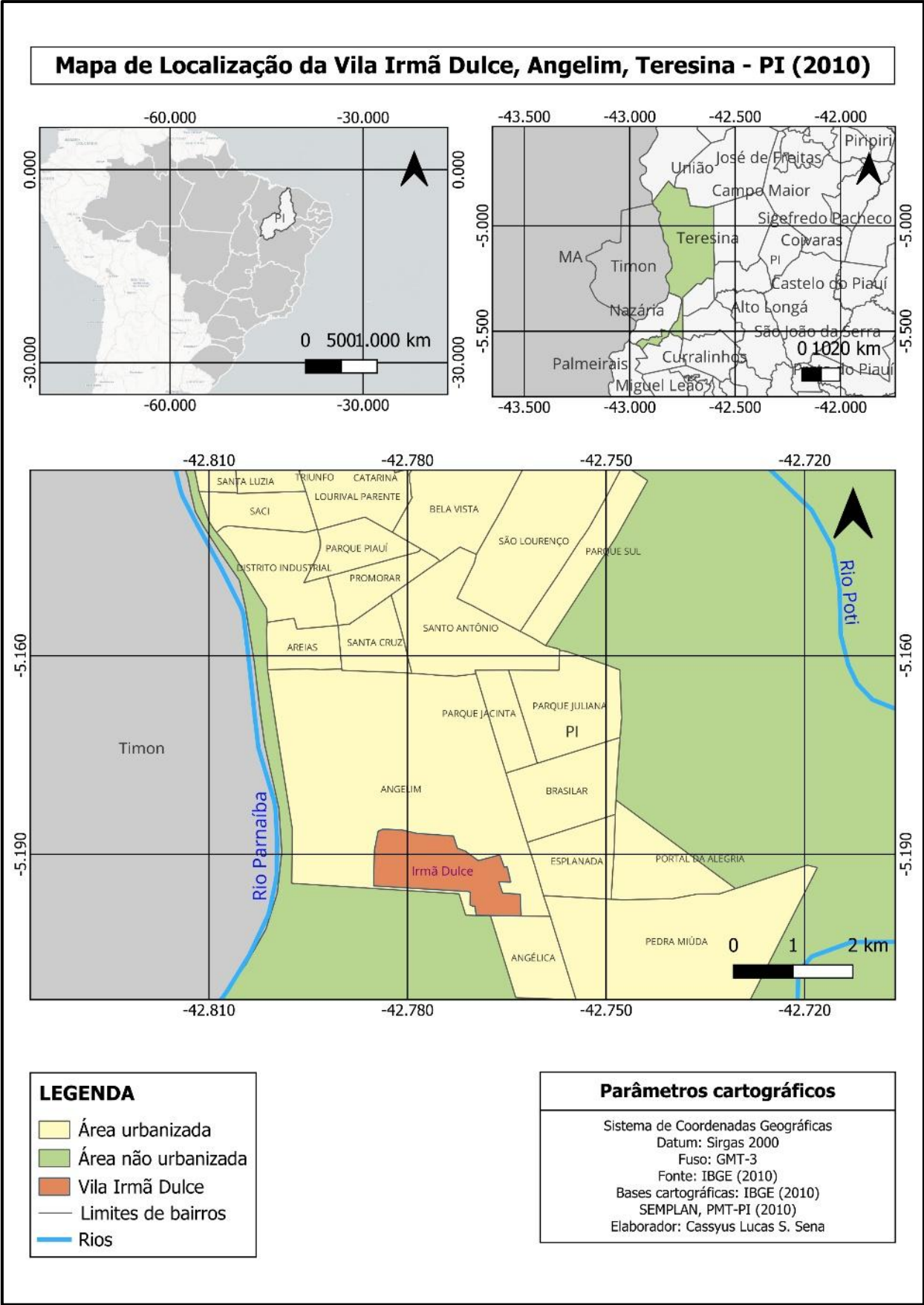
O processo de ocupação foi organizado por grupos de moradores, com o apoio de lideranças religiosas, sindicatos e representantes de movimentos sociais. As primeiras famílias chegaram ao local enfrentando inúmeras dificuldades: não havia acesso à água potável, energia elétrica, transporte público, coleta de lixo ou saneamento básico. A construção das primeiras casas foi feita com materiais improvisados, como lonas, restos de madeira, barro e tijolos fabricados no próprio terreno. Mesmo diante das adversidades, os moradores permaneceram na área, organizando-se em mutirões e criando redes de apoio comunitário para enfrentar os desafios do cotidiano.

Com o passar dos anos, a ocupação foi crescendo e novas famílias foram chegando. A resistência dos moradores em permanecer no local foi essencial para que o bairro passasse a ser reconhecido gradualmente pelo poder público. As primeiras melhorias chegaram lentamente, fruto da insistência e articulação da comunidade junto a órgãos municipais e estaduais. Inicialmente, foram abertos caminhos entre os barracos para dar forma às ruas; depois vieram postes de iluminação improvisados, poços escavados manualmente e, com o tempo, os primeiros sinais de urbanização começaram a surgir.

O nome “Vila Irmã Dulce” foi escolhido em homenagem à religiosa baiana conhecida por seu trabalho voltado à população mais pobre e vulnerável. Essa escolha também reflete o espírito de solidariedade e resistência presente entre os moradores, que viram na santa um símbolo de esperança e justiça social.

A história da ocupação da Vila Irmã Dulce é marcada por luta, perseverança e organização popular. Entender como essa ocupação se deu é fundamental para compreender não apenas a realidade física e social do bairro, mas também os processos de produção do espaço urbano em Teresina — muitas vezes excluindo os mais pobres de políticas habitacionais efetivas e obrigando-os a construir, por conta própria, seus territórios e suas formas de existência na cidade.

Figura 1: Localização da Vila Irmã Dulce



Fonte: Sena, 2024.

Rodrigues Neto (2005) ressalta que as lideranças que participaram do processo de organização da ocupação Vila Irmã Dulce tinham como desejo organizar uma experiência articulada e impactante, no sentido de gerar uma discussão sobre a problemática da moradia, tanto em escala local como nacional. De fato, o depoimento de um dos entrevistados revela este desejo: “[...] a gente começou a pensar a Vila Irmã Dulce como era que ela seria, que tipo de referência ela seria aqui para estado do Piauí e para o Brasil [...]”.

**Figura 2:** Cenas de ocupação da Vila Irmã Dulce



**Fonte:** Jornal O Dia, Teresina, p.6, 04 junho de 1998.

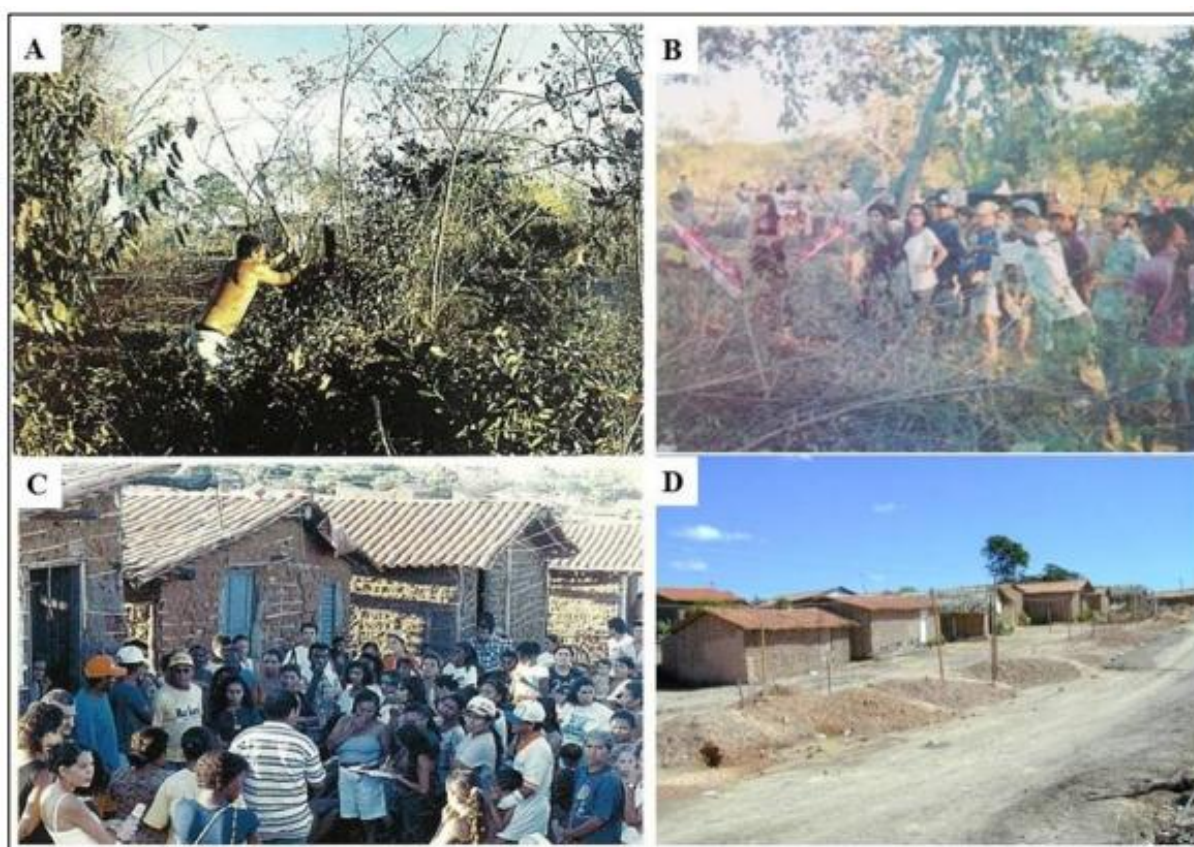
Assim, as lideranças buscavam planejar e organizar a ocupação, realizando reuniões em parceria com as associações de moradores de outros bairros e regiões da cidade, nas reuniões se discutia uma série de coisas como, a condição de município com alto índice de falta de moradia; o que as famílias entendiam como necessário para superar essa dificuldade; como olhar a cidade como um direito, dentre outras questões. Ela relata que

Em cada zona teve pelo menos quatro ou cinco reuniões, grandes reuniões com muitas famílias. Então, assim foi criando as condições subjetivas e objetivas de realizar a ocupação. [...] a gente tinha uma rede de apoio que vinha da Igreja Católica, das Associações de Moradores, de Sindicatos e de Partidos Políticos [...].



Em depoimento um dos entrevistados revela que, “[...] a prioridade eram as famílias de zero a três salários-mínimos, que moravam em áreas de risco, ou com outras famílias [...], filhos que iam casando e ficando na casa dos pais, pessoas sem emprego, mas também, [...], mulheres chefes de famílias e pessoas que pagavam aluguel”. Segundo Barros (2014), foi feito um levantamento de áreas passíveis de ocupação. Com o apoio da Igreja Católica escolheu-se o terreno nas proximidades do Residencial Esplanada, zona Sul de Teresina que, à época, era isento de total infraestrutura, distante cerca de 15 quilômetros do centro da cidade.

**Figura 3:** Imagens da ocupação da Vila Irma Dulce



**Fonte:** Barros, 2002. In: Cadernos 150 anos de Teresina; DIÁRIO DO POVO (1999). In: Silva (2005); O DIA, Teresina, p.6, 04 jun. 1998.

**Foto 1:** Fotografia da ocupação da Vila Irma Dulce



**Fonte:** vilairmadulcenoticias.com.br/22-anos-do-processo-ocupacao-e-criacao-da-vila-irma-dulce

Dentre os critérios que contribuíram para a escolha da área, Silva (2005) destaca o acesso ao transporte coletivo (por estar dentro do perímetro urbano), a proximidade com uma rede de abastecimento d'água e de energia elétrica nas adjacências do Residencial Esplanada.

Através da fonte de pesquisa utilizada verificou-se que, a luta pela fixação na terra, principalmente nos primeiros meses da ocupação não foi fácil. Logo no segundo dia de ocupação, uma liminar foi expedida pedindo a reintegração de posse, mas os moradores se anteciparam junto ao juiz da 2ª Vara Civil pedindo a suspensão dela. Segundo Carvalho (2000), no dia 9 de junho o juiz, visitou a área e sensibilizado com a situação suspendeu o mandato. No entanto, os proprietários do terreno entraram com outra ação na 3ª Vara Cível, que resultou em uma ordem de despejo. Porém, os ocupantes resistiram à ordem e fizeram várias manifestações, inclusive, de uma única vez ocuparam a PMT (Prefeitura Municipal de Teresina) e o Palácio de Karnak com o objetivo de evitar o despejo (RODRIGUES NETO, 2005).

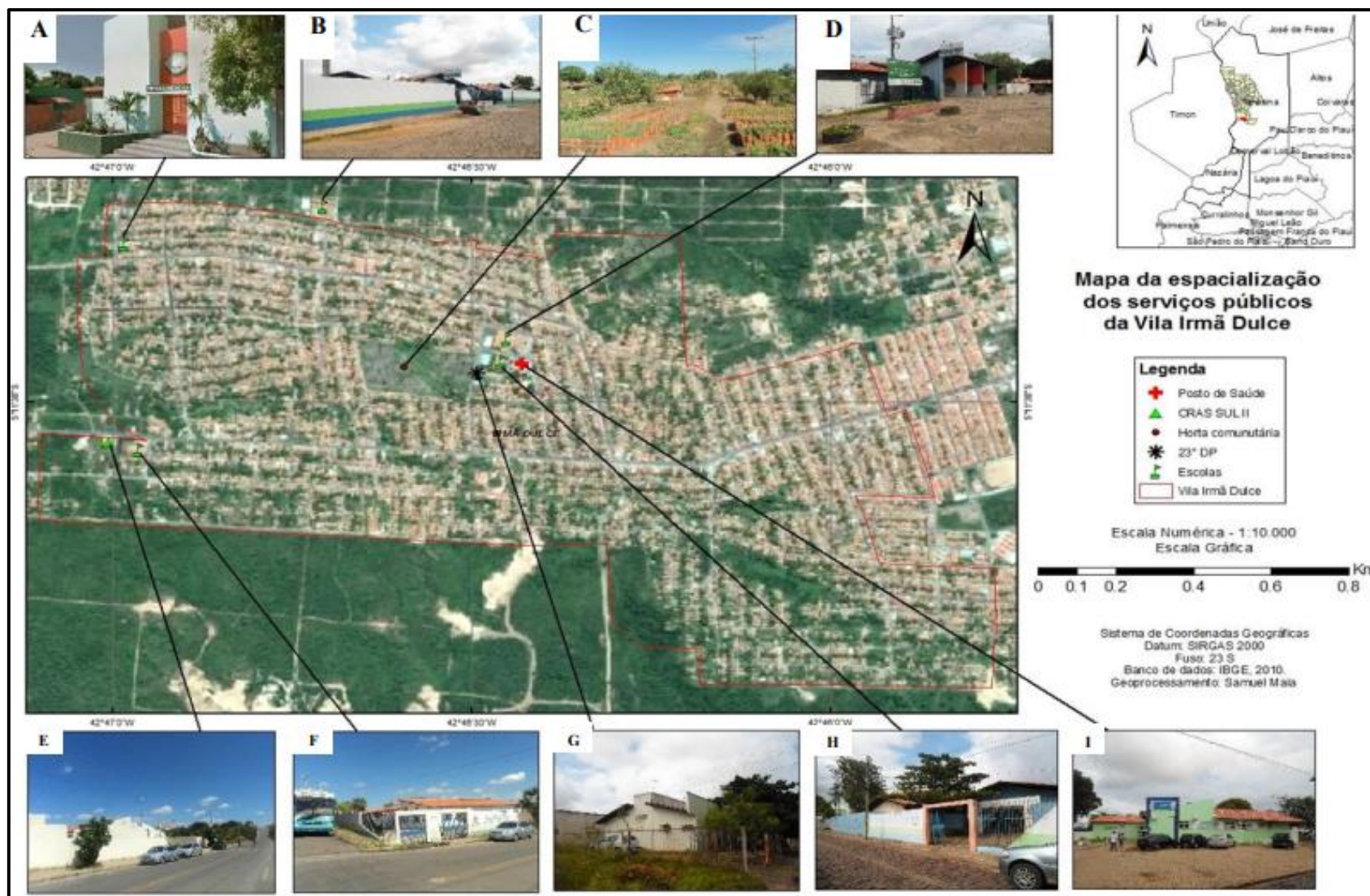
Em relação a esta mobilização Carvalho (2000, p.27), revela que a prefeitura em audiência reivindicada pelos ocupantes, havia afirmado que não iria desapropriar a área. Porém, vale ressaltar que atualmente a regularização fundiária é uma das principais reivindicações dos moradores da vila em questão, sendo, portanto, uma luta antiga e constante que se “arrasta” há mais de 17 anos. É importante destacar também, que a ocupação não se resumiu apenas as primeiras famílias que chegaram a priori ao local, devido, principalmente, à importância que a mídia local deu ao caso, à época. Fato que contribuiu para visibilidade do movimento tornando-o “polo de atração” para outras famílias que migraram para o local em busca de um lugar para morar (RODRIGUES NETO, 2005).

Em 2015 (de acordo com a Figura 4) alguns estabelecimentos públicos foram instalados nesta área, como: uma Horta Comunitária (C), que possui 3,8 hectares e 90 lotes; uma Escola Pública Municipal de ensino fundamental (D); o 23º Distrito Policial (G); uma Creche Municipal de educação infantil (H), um Posto de Saúde (I); e uma quadra Poliesportiva.

Além destes, a Vila Irmã Dulce conta ainda com outros estabelecimentos como um Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino – CINCACRE, figura 4(A); a Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana 4(B); um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS SUL II), figura 4(E); e, o Centro Municipal de Educação Infantil Ruth Correia Leite Cardoso 4(F), além de estabelecimentos como comércios, lojas, Igrejas, dentre outros.



**Figura 4:** Mapa de espacialização dos serviços públicos da Vila Irmã Dulce



Fonte: Vieira (2015). Disponível em <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/>.



### **3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA VILA IRMÃ DULCE**

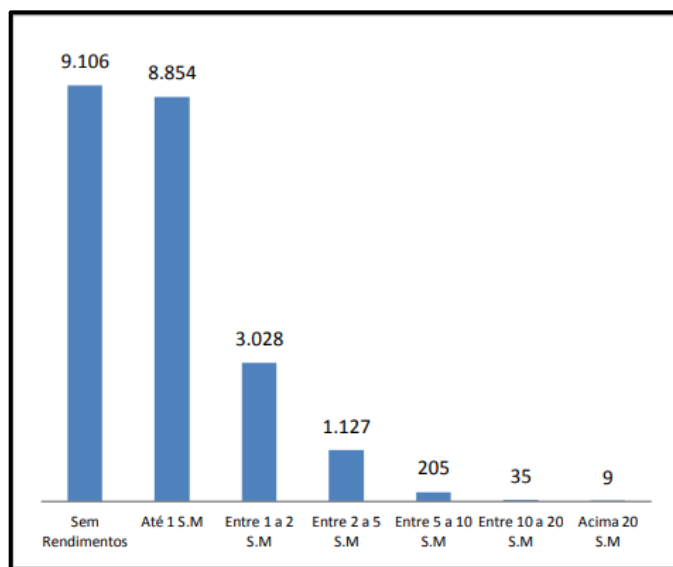
A Vila Irmã Dulce, é caracterizada por uma realidade socioeconômica predominantemente de baixa renda e com alto grau de vulnerabilidade social. A população residente na vila, segundo dados do IBGE, censo de 2010 era naquele momento 14.222 (quatorze mil duzentos e vinte e dois) habitantes. População esta, que geralmente enfrenta dificuldades socioeconômicas, limitações de acesso a serviços básicos e carência de oportunidades de emprego e renda.

A maioria dos moradores da Vila Irmã Dulce possui uma renda familiar baixa, muitas vezes situada abaixo da linha de pobreza. Isso implica em limitações no seu poder de compra para que sejam capazes de suprir suas necessidades mais básicas, como alimentação saudável e equilibrada, moradia digna e capaz de abrigar seus moradores das intempéries climáticas, bem como acesso à educação e saúde. Muitas famílias dependem de programas sociais e assistenciais do governo para complementar sua renda e garantir acesso a serviços básicos.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN órgão da prefeitura municipal de Teresina, redigido em 2018, o valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes em 2010 do bairro é de R\$ 800,00 (oitocentos reais), abaixo da média da zona urbana do município que é equivalente a R\$ 1.110,00 (um mil e cento e dez reais) e ocupava a 98ª no ranking dos bairros da capital.

No gráfico a seguir disponível no Perfil de Bairros, SEMPLAN, PMT, 2018, é possível identificarmos através de levantamentos realizados no ano de 2010 que 9.106 moradores do bairro Angelim onde está situada a Vila Irmã Dulce não tinham renda. Se a quantidade de moradores total do bairro Angelim em 2010 era igual a 27.743 habitantes e da Vila Irmã Dulce era naquele momento 14.222 habitantes isso representa então aproximadamente 52% dos moradores do bairro, isso quer dizer que pelo menos aproximadamente 4.735 moradores na vila Irmã Dulce não possuíam renda alguma.

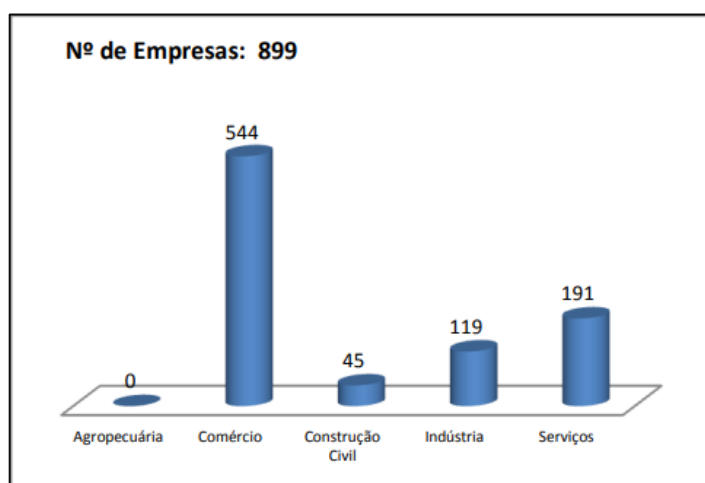
**Gráfico 1** – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, em salários-mínimos em 2010



**Fonte:** Perfil de Bairros, SEMPLAN, PMT, 2018.

Além disso, o mercado de trabalho na Vila Irmã Dulce e região costuma apresentar uma oferta limitada de empregos formais e com remuneração adequada. Muitos moradores enfrentam desafios para encontrar oportunidades de trabalho estáveis e bem remuneradas, o que contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza na comunidade, uma vez que a maioria dos moradores não possui trabalhos formais e que garantem benefícios proporcionados pelas contribuições trabalhistas como contribuições mensais ao INSS e FGTS.

**Gráfico 2** – Número de empresas formais por setor em 2015



**Fonte:** Perfil de Bairros, SEMPLAN, PMT, 2018.

Apesar dos desafios socioeconômicos enfrentados pela comunidade, é importante ressaltar que a Vila Irmã Dulce também é um espaço de resistência e de construção de relações sociais. A comunidade se organiza de forma solidária, buscando soluções coletivas para os problemas enfrentados. Existem grupos comunitários, associações e organizações não governamentais que atuam em prol do desenvolvimento social e da melhoria das condições de vida na vila esses movimentos são principalmente organizados pelas muitas igrejas que ali existem, igrejas protestantes que fazem encontro comunitários de jovens, pela igreja católica que tem um teatro para a comunidade e também realiza eventos de assistência social, como também os centros espíritas que recebem moradores e fazem atendimentos fraternos. Todas essas assistências contribuem não só de forma material, mas também de forma psicológica para que mesmo que enfrentem dificuldades financeiras e ou materiais os moradores que buscam por esses auxílios comunitários não se sintam desamparados sendo então esses auxílios de importante valia para os jovens, os adultos e idosos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados a seguir foram obtidos através de questionamentos feitos por meio de entrevistas realizadas em uma amostra intencional de vinte pessoas, vinte moradores com faixa etária entre trinta e sessenta anos e que já possuem um tempo de moradia superior a quinze anos na comunidade, dentre os entrevistados pôde ser identificado morador que já vive ali a mais de trinta e seis anos, idade superior a atual idade da comunidade.

### 4.1 Tempo de Moradia

Uma vez que tenhamos um conhecimento mais abrangente tanto da quantidade populacional do bairro Angelim como, principalmente, da comunidade Vila Irmã Dulce, bem como de sua caracterização socioeconômica, passamos agora à análise dos dados obtidos por meio da contribuição dos entrevistados a esta pesquisa.

O primeiro dado a ser analisado diz respeito ao tempo de moradia dos entrevistados. É possível observar na Tabela 1 que 50% dos participantes vivem na comunidade há mais de 26 anos, enquanto 35% residem entre 21 e 25 anos. Esses dados confirmam que a amostra intencional utilizada atendeu ao objetivo de reunir os moradores mais antigos da vila, permitindo assim a construção de um panorama geral das transformações espaciais vivenciadas e observadas por eles ao longo dos anos.

O tempo de moradia dos entrevistados na Vila Irmã Dulce é um elemento que contribui de forma significativa para compreender o processo de consolidação do espaço urbano da comunidade. A maior parte dos entrevistados afirma viver na vila há mais de quinze anos, sendo que alguns chegaram ainda no período inicial da ocupação, nos anos finais da década de 1990. Esse dado é importante porque mostra que, apesar das dificuldades enfrentadas no início da ocupação, muitas famílias optaram por permanecer, construir raízes e participar ativamente das transformações ocorridas no local. A permanência no território, mesmo diante da precariedade de infraestrutura, revela o sentimento de pertencimento e a importância da vila como espaço de vida, de história e de identidade.

Entre os depoimentos colhidos, é possível perceber que muitos moradores acompanharam o processo desde os primeiros barracos feitos de palha e lona até a chegada da energia elétrica, do calçamento e das escolas. Alguns deles relatam, com detalhes, como as ruas foram formadas, como se organizavam os mutirões e como a comunidade se mobilizava para conseguir melhorias. Essa presença constante no território por tantos anos permite que esses

sujeitos tenham uma leitura muito profunda da realidade local e dos avanços que foram sendo conquistados ao longo do tempo. O tempo de moradia, neste caso, não representa apenas um número de anos vividos em determinado local, mas sim um acúmulo de experiências que dão sentido à luta coletiva por reconhecimento e dignidade.

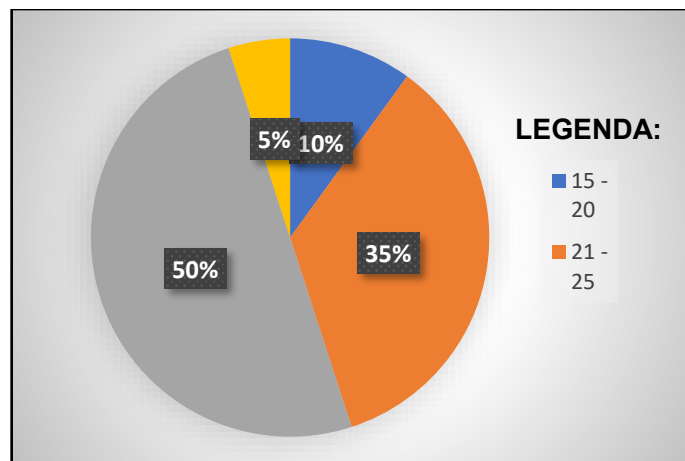
Ao analisar o tempo de permanência das famílias, também se percebe que essa longevidade tem relação direta com o sentimento de conquista. Muitas dessas pessoas saíram de situações de aluguel, ocupações transitórias ou moradias informais em áreas de risco, e encontraram na Vila Irmã Dulce um espaço onde puderam construir sua casa com esforço próprio e ajuda mútua. O território, então, se torna mais do que um lugar para morar: ele passa a ser compreendido como resultado da luta e da resistência dos que decidiram permanecer e transformar a realidade. Portanto, o tempo de moradia é um indicador relevante da consolidação do espaço urbano e da dimensão afetiva e simbólica que a vila representa para seus moradores.

**Tabela 1** – Tempo de moradia dos entrevistados na Vila Irmã Dulce em 2023

ANOS	ENTREVISTADOS	%
15 - 20	2	10
21 - 25	7	35
26 - 30	10	50
>31	1	5
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Sena, 2023.

**Gráfico 3** – Tempo de Moradia dos entrevistados na Vila Irmã Dulce em 2023



Fonte: Sena, 2023.

**Foto 2** - Casas de palhas na ocupação que originou a Vila Irmã Dulce



**Fonte:** Alexis Leite (1998)

A foto acima retrata as moradias construídas com palha, madeira improvisada e materiais disponíveis no local — característica das primeiras habitações erguidas em 3 de junho de 1998, data oficial de ocupação da área. Nesse período, cerca de 3.000 famílias, sem acesso à moradia formal, organizaram-se em núcleos coletivos e instalaram-se em lotes de aproximadamente  $10 \times 20 \text{ m}^2$ , ignorados pelas políticas públicas na periferia de Teresina.

A construção com palha reflete o uso de materiais disponíveis — sobretudo babaçu — que, apesar de oferecer algum conforto térmico, apresentava grande vulnerabilidade a incêndios e à degradação. A imagem simboliza a resistência dos moradores diante da falta de infraestrutura: mesmo com moradias precárias, a comunidade permaneceu unida e mobilizada, lançando as bases do que depois se consolidaria como Vila Irmã Dulce.

Essa foto evidencia as condições iniciais de precariedade — ausência de água, energia e saneamento —, e a força organizativa popular que permitiu não apenas a permanência ali, mas também a conquista gradual de melhorias urbanas nos anos seguintes. O contraste entre a simplicidade da estrutura e a resistência dos moradores reforça a dimensão social da produção do espaço urbano nesta comunidade.

## 4.2 Escolaridade

Um dos principais fatores que contribui para o surgimento de agrupamentos subnormais, é a pobreza e a desigualdade social onde a falta de oportunidades econômicas, a concentração de recursos limitados e a desigualdade de renda podem contribuir para o surgimento de vilas e favelas como é o caso da Vila Irmã Dulce. Quando grupos marginalizados têm acesso limitado à educação, emprego decente, moradia adequada e outros recursos essenciais, isso pode levar à formação de comunidades empobrecidas e desfavorecidas. O professor Roberto Lobato Corrêa já havia verificado isto ao afirmar que:

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países, como entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel. Esse é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente, correlato a ela estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego, e mesmo o emprego mal remunerado (Corrêa, 1989, p.29).

Uma vez que um dos elementos que provocam o surgimento de vilas e favelas está ligado com o baixo nível de escolaridade, pois com baixo nível de escolaridade e de capacitação torna difícil aos moradores conseguirem empregos capazes de garantir um salário que supra suas necessidades básicas e lhes propiciem ainda recursos para alugarem uma casa, ou apartamento, ou seja, uma habitação ou até mesmo conseguir empréstimo ou financiamento bancário para que possam adquirir um lote e construir suas casas.

**Tabela 2** – Nível de Escolaridade dos entrevistados na Vila Irmã Dulce em 2023

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>ENTREVISTADOS</b>	<b>%</b>
ANALFABETO	5	25
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	10	50
ENSINO MÉDIO COMPLETO	5	25
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

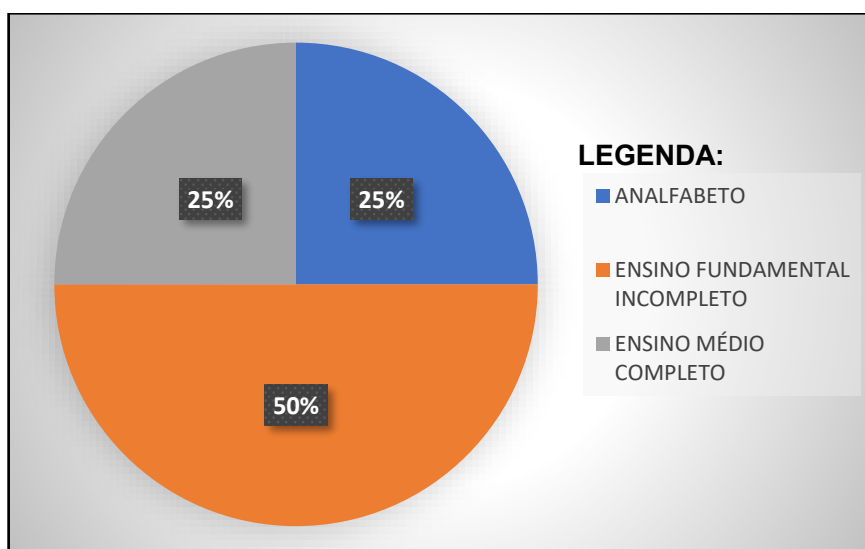
**Fonte:** Sena, 2023.

Como podemos verificar 25% dos entrevistados são analfabetos, 50% não completaram o ensino fundamental e 25% ensino médio completo, esses indicadores apontam um grau de escolaridade baixo dos entrevistados podemos observar que 75% deles não tem nem mesmo o ensino médio.

Para Almeida e Lopes (2011) o problema da desvalorização dos estudos ainda nas fases iniciais de um indivíduo é o fato de que um baixo nível de escolaridade mínimo resultará num cidadão sem qualificação profissional, que quando adulto não será absorvido pelo mercado de trabalho contribuindo assim com o aumento da pobreza.

Podemos observar que conclusões de Almeida e Lopes se deram ao considerarmos que em 2010 (SEMPPLAN) 4.735 dos moradores da comunidade não possuíam renda alguma ou seja aproximadamente 33,30% dos moradores da Vila Irmã Dulce estavam em situação de desemprego, números alarmantes e que contribuíram para a soma da taxa de desemprego da cidade de Teresina naquele momento.

**Gráfico 4** – Nível de Escolaridade dos entrevistados na Vila Irmã Dulce em 2023



**Fonte:** Sena, 2023.

Ainda para Almeida e Lopes (2011), verifica-se correlação entre o trabalho infantil e a escolaridade. Percebe-se que a escola é importante para o desenvolvimento da vida do indivíduo, visto que ela produz instrução, o que possibilitará as oportunidades de elevação de rendas futuras. Ao longo desta pesquisa, foi possível observar que o acesso à escolarização regular, contínua e de qualidade foi negado a grande parte dos entrevistados, sobretudo na infância e adolescência. Como essa instrução capaz de inserir os indivíduos no mercado de trabalho não pôde ser verificada nos entrevistados, concluímos que o acesso destes a melhores condições de vida não era possível há duas décadas, levando essas pessoas à situação de ocupadores de espaço alheio em busca de conquistar para si um espaço, uma moradia. Dessa forma, o processo de formação da Vila Irmã Dulce está profundamente atrelado à exclusão



estrutural desses sujeitos do sistema educacional e, conseqüentemente, do mercado formal de trabalho.

Em entrevista, o entrevistado nº 18 informa que somente tentou estudar já depois de adulto, e que, quando criança, não teve a oportunidade de ir para a escola pois precisava ajudar os pais na roça. Esse relato reforça a realidade vivida por milhares de pessoas que vieram do meio rural em busca de novas possibilidades na cidade, mas que encontraram um cenário igualmente adverso, agora marcado pela informalidade e pela ausência de suporte público adequado. E como foi dito por Almeida e Lopes (2011), a escolaridade traz oportunidades de elevação da renda. Percebemos aqui a concretização do fato de que indivíduos que vêm sem escolaridade das zonas rurais para as zonas urbanas enfrentam considerável dificuldade de conseguir um emprego, levando-os a um baixo ou nenhum rendimento para seu núcleo familiar. Essa situação se agrava quando somada à falta de experiência profissional formal e à exclusão histórica dessas populações das políticas de inclusão e qualificação.

Cansados de esperar por uma intervenção do poder público, os moradores da Vila Irmã Dulce edificaram, em regime de mutirão, uma escola construída com paredes de pau-a-pique e taipa, coberta por telha. A unidade contava com três salas de aula e pretendia receber, inicialmente, cerca de 300 alunos. As aulas seriam ministradas nos três turnos: manhã e tarde destinados ao ensino regular das crianças carentes, e à noite, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, por sete professores voluntários. Todo o material didático era resultado de doações, sendo considerado insuficiente para a demanda, carecendo inclusive de mobiliário como carteiras, armários e bebedouros. Mesmo com estrutura precária, essa escola simbolizava um marco na história da comunidade, representando a valorização da educação como caminho de mudança.

O estabelecimento escolar foi inaugurado em 28 de outubro de 1998, recebendo a nomenclatura de Escola Alternativa Três de Junho, em referência à data da ocupação da vila. A inauguração contou com a participação da promotora Leida Diniz e do médico pediatra Antônio de Noronha, que ministrou uma palestra sobre cidadania na ocasião, além de outras lideranças como a presidente da FACC, Lucineide Barros, e da vereadora Francisca Trindade (SEM-TETO INAUGURAM ..., O Dia, 1998, p. 09).

Esse momento representou não apenas a criação de uma instituição de ensino, mas também o reconhecimento da autonomia e da força organizativa dos moradores da Vila Irmã Dulce, que mesmo diante da omissão estatal, tomaram para si a tarefa de garantir o direito à educação. A escola tornou-se, desde então, um espaço de resistência, aprendizado e afirmação da dignidade coletiva.

**Foto 3:** Moradores da Vila Irmã Dulce trabalhando em mutirão na construção da Escola Alternativa Três de Junho.



**Fonte:** O Dia, 1998, p. 09

Já no ano de 2009 o então prefeito da cidade de Teresina Sílvio Mendes inaugurou no dia 30/04/2009 o Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Ruth Correia Leite Cardoso na vila Irmã Dulce. O centro tem capacidade para atender 300 crianças com idades entre dois anos e meio e cinco anos e seis meses em turmas de maternal, 1º e 2º períodos da Educação Infantil. Em sua inauguração a escola contava com seis salas de aula, seis banheiros, sendo dois infantis, dois banheiros para funcionários e dois para professores, todos adaptados para pessoas com necessidades especiais; pátio coberto e com palco, refeitório, cantina, depósito de cozinha, área de serviço, secretaria, diretoria, sala de professores, área pedagógica, espaço multiuso, almoxarifado e sala de Apoio Pedagógico Específico.

Um morador da vila Irmã Dulce, levou para a inauguração os documentos a fim de matricular a filha, que tem dois anos e meio. “A construção dessa escola é a realização de um sonho. Para nós, ter escola perto de casa é importante, porque facilita a nossa participação nas atividades escolares e representa também economia, já que não precisamos nos deslocar para outros bairros, para levar e trazer nossos filhos”, disse Fabio que teve vaga da filha garantida (Prefeitura de Teresina).

**Foto 4:** CMEI Ruth Correia Leite Cardoso na vila Irmã Dulce em 2024.



**Fonte:** Google Street View, 2024

A Foto 4 mostra a entrada atual (2024) da CMEI Ruth Correia Leite Cardoso, localizada na Vila Irmã Dulce, zona sul de Teresina. O prédio, bem estruturado, representa uma importante conquista da comunidade no que se refere à garantia de direitos da infância. A existência do Centro Municipal de Educação Infantil dentro da vila é resultado de uma trajetória marcada por resistência, organização popular e luta por políticas públicas voltadas às crianças. Essa imagem mostra um cenário totalmente diferente daquele visto nos primeiros anos da ocupação, quando as famílias não contavam com nenhum espaço institucional para o cuidado e a educação dos seus filhos pequenos, recorrendo a espaços improvisados, igrejas e salas compartilhadas para oferecer algum tipo de ensino ou acolhimento.

A CMEI conta com salas de aula adequadas, área externa organizada, banheiros infantis adaptados, brinquedoteca e uma equipe pedagógica comprometida com a formação integral das crianças. A presença desse equipamento educacional dentro da comunidade demonstra que, mesmo com atraso, o poder público passou a reconhecer a importância de investir na base da educação, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência das crianças em um ambiente seguro, acolhedor e estimulante. A escola também colabora diretamente com o cotidiano das famílias, muitas das quais dependem da creche para trabalhar e garantir a subsistência do lar, especialmente as mães solo ou trabalhadoras informais que vivem na vila.

A construção e o funcionamento da CMEI refletem não apenas um avanço na infraestrutura educacional, mas também a materialização das reivindicações feitas pelos moradores ao longo de décadas. Esses avanços são frutos de audiências públicas, reuniões com lideranças locais, ofícios encaminhados à prefeitura e articulações feitas por mães e educadoras da própria vila. Em 2024, a Vila Irmã Dulce conta ainda com outras instituições importantes no campo educacional e social, como a Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana, a Escola Municipal Dom Helder Câmara e o Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino – SINCACRE. A existência desses espaços comprova que a produção do espaço urbano da vila está associada não apenas à moradia, mas também à ampliação de direitos e à construção de oportunidades para as novas gerações que ali crescem.

**Foto 5:** Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino – CINCACRE na Vila Irmã Dulce em 2023.



**Fonte:** Sena, 2023.

O Centro Integrado da Criança e do Adolescente – Cordeiro do Reino (SINCACRE) desempenha um papel importante dentro da comunidade ao oferecer atividades voltadas à formação cidadã, à convivência social e ao fortalecimento de vínculos familiares. Criado por meio de iniciativa da sociedade, com forte atuação de lideranças religiosas e comunitárias, o SINCACRE atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo ações



educativas, culturais e espirituais. A estrutura que aparece na imagem é modesta, mas representa um lugar de acolhimento, aprendizado e proteção, onde muitas histórias de superação têm início.

Além de oferecer apoio direto aos jovens, o centro também atua como espaço de escuta para as famílias, muitas delas atravessadas por desafios como desemprego, baixa renda e ausência de políticas públicas efetivas. O SINCACRE se tornou referência local, demonstrando que ações comunitárias podem transformar realidades, mesmo com poucos recursos. Sua presença no bairro é uma resposta prática e afetiva às demandas urgentes da infância e da adolescência na periferia urbana. A imagem registrada em 2023 evidencia não apenas a estrutura física do centro, mas, sobretudo, o compromisso coletivo com a construção de um futuro mais justo para as novas gerações da Vila Irmã Dulce.

**Foto 6:** Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana na Vila Irmã Dulce em 2023



**Fonte:** Sena, 2023.

A Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana representa um marco importante na estrutura educacional da Vila Irmã Dulce. A unidade escolar possui estrutura sólida, com salas amplas, pátio organizado e sinalização adequada, o que demonstra avanços significativos em relação à precariedade enfrentada nas primeiras décadas de ocupação da vila.

A escola é resultado direto da organização popular e da persistência da comunidade em reivindicar o direito à educação pública de qualidade para seus filhos. O nome da escola

homenageia uma figura local e aproxima a instituição da história viva do bairro, criando um sentimento de pertencimento entre os alunos e os moradores.

Durante muitos anos, os estudantes da Vila Irmã Dulce precisaram se deslocar para bairros vizinhos em busca de escolas, enfrentando dificuldades de transporte, segurança e acesso. A instalação da escola no próprio território representa uma conquista simbólica e prática, pois garante não só a permanência dos alunos na sala de aula, mas também fortalece a identidade local e a confiança na educação como meio de transformação social. O prédio, bem estruturado, é reflexo do esforço coletivo da população e da atuação da prefeitura em resposta à pressão social. Hoje, a escola funciona como um espaço de aprendizado, convivência e esperança para centenas de crianças e adolescentes da comunidade.

**Foto 7:** Escola Municipal Dom Helder Câmara na Vila Irmã Dulce em 2023



**Fonte:** Sena, 2023.

A Escola Municipal Dom Helder Câmara, instalada dentro da Vila Irmã Dulce. Seu nome homenageia um dos maiores defensores dos direitos humanos no Brasil, o que por si só já carrega um significado simbólico profundo para uma comunidade construída na luta e na resistência. A escola, é bem estruturada e representa uma das conquistas mais significativas da população local, pois concretiza o direito à educação básica garantido dentro do próprio território. Com salas adequadas, espaço para atividades e um ambiente que favorece o ensino-aprendizagem, a unidade reforça o papel do poder público em dialogar com as necessidades reais da comunidade.

Durante muito tempo, o acesso à educação na vila era um desafio diário, e muitas crianças e adolescentes precisavam percorrer longas distâncias ou depender de estruturas improvisadas para estudar. A presença da Escola Dom Helder Câmara responde a essa demanda histórica, oferecendo condições dignas para o desenvolvimento educacional e social dos alunos.

Mais do que um equipamento público, ela simboliza a valorização da comunidade como parte da cidade e como agente legítimo na construção do espaço urbano. A imagem evidencia essa transformação, marcando um novo capítulo na história da vila, onde o acesso à educação de qualidade deixa de ser apenas um sonho e passa a fazer parte da realidade das famílias.

### 4.3 Rendimento Familiar

Agora serão apresentados os dados de rendimento familiar dos entrevistados na Vila Irmã Dulce em 2023. A análise desses dados permitirá compreender a distribuição de renda na comunidade e identificar possíveis desigualdades, associando a isso o seu baixo nível de escolaridade.

O nível de rendimento dos entrevistados pôde ser mensurado por meio de questionamentos e, como podemos ver representado por números na Tabela 3 e com detalhes visuais no Gráfico 5 a seguir, as oportunidades de salários estão condizentes com o nível de escolaridade dos entrevistados. É importante destacar que, na maioria dos casos, o rendimento familiar informado é composto por aposentadorias, pensões ou benefícios sociais, como o Bolsa Família e o extinto Bolsa Escola, além de atividades informais realizadas pelos moradores. Entre essas atividades, destacam-se a confecção e venda de crochê, venda de bijuterias, revenda comissionada de produtos de revistas, trabalho como diarista informal e o serviço de descarregador de caminhões na CEAPI (Central de Abastecimento do Piauí), entre outros.

Essa diversidade de ocupações demonstra a criatividade e a resiliência das famílias diante das dificuldades impostas pela ausência de um mercado formal acessível. No entanto, também evidencia o cenário de fragilidade econômica que ainda marca o cotidiano da comunidade, especialmente entre os mais idosos e aqueles com baixa escolarização.

**Tabela 3** – Rendimento Familiar dos entrevistados na Vila Irmã Dulce em 2023

RENDA FAMILIAR	ENTREVISTADOS	%
Menos de 1 Salário Mínimo	4	20
Entre 1 e 2 Salários Mínimos	16	80
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

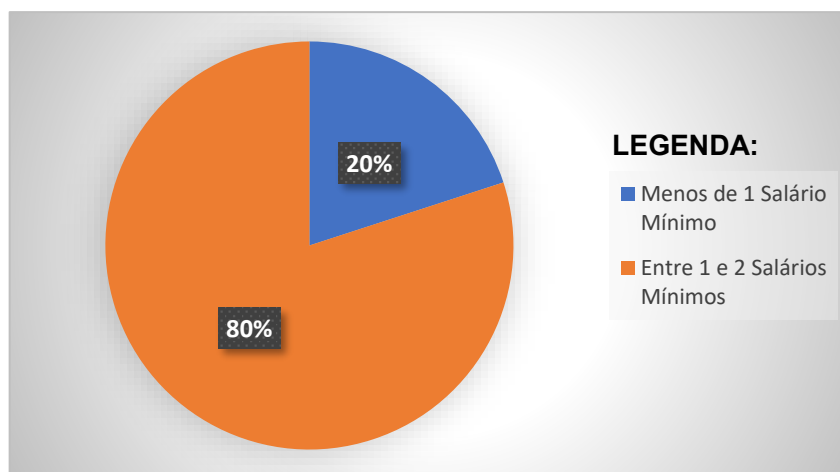
Fonte: Sena, 2023.

A tabela 3 revela dados relevantes sobre a distribuição de renda na Vila Irmã Dulce em 2023. Destaca-se que 20% dos entrevistados informam possuírem uma renda familiar menor que um salário-mínimo de 2023, o que equivale a R\$ 1.302,00. Essa parcela da população vive em situação de extrema pobreza, com dificuldades para atender às necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação.

80% dos entrevistados informam possuírem uma renda familiar entre um e dois salários-mínimos de 2023. Essa parcela da população vive em situação de pobreza, com dificuldades para atender às necessidades básicas e com acesso limitado a bens e serviços essenciais.

Apenas 20% dos entrevistados informam possuírem uma renda familiar superior a dois salários-mínimos de 2023. Essa parcela da população vive em situação de vulnerabilidade social, com maior acesso a bens e serviços, mas ainda suscetível a queda na renda e retorno à pobreza.

**Gráfico 5** – Rendimento Familiar dos entrevistados na Vila Irmã Dulce em 2023



**Fonte:** Sena, 2023.

Podemos ver através desses dados que um baixo nível de escolaridade tem como consequência menores oportunidades de um bom salário, embora 80% dos entrevistados tenha informado que tenham renda entre um e dois salários mínimos (tendo como referência o salário mínimo em 2023) essa renda é composta por todos os indivíduos da família e como informado pelo entrevistado N° 18 “...sou aposentado pelo LOAS, tenho filho que trabalha descarregando caminhão na CEASA, e o outro faz bico como pedreiro os dois ajudam nas despesas...”, os filhos tem trabalhos informais realidade característica da maioria dos indivíduos com baixa escolaridade, e esse fato também era a realidade no momento da ocupação do espaço da Vila Irmã Dulce.



Assim, associando essas informações somos impelidos ao pensamento de que essas pessoas não teriam condições de adquirir legalmente, um lote, um terreno, ou mesmo uma casa ou apartamento com recursos próprios, e essa realidade as levou a ocupar espaços que legalmente pertenciam a outras pessoas.

Assim se deu com os indivíduos que chegaram no espaço que hoje é a vila irmã Dulce em 1998, sem condições de comprar terreno e edificar moradia, sem condições de comprar a própria moradia, invadiram essa porção do espaço que pertenciam à Fazenda Angelim, de propriedade de João Angeline onde hoje é o bairro angelim formando a vila Irma Dulce.

#### **4.4 Dos primeiros momentos da ocupação aos primeiros equipamentos de suporte à comunidade.**

Uma vez que uma considerável quantidade de indivíduos se reuniu para ocupar um espaço que hoje configura-se a comunidade Vila Irmã Dulce as necessidades sociais, inerentes a grupos de pessoas ocupando um espaço, como policiamento, escolas, postos de saúde dentre outros eram emergenciais

Através dos dados coletados nas entrevistas poderemos verificar na tabela 4 a seguir como era a situação do espaço quando os entrevistados chegaram e na sequência serão discutidos como se deram as principais mudanças ao longo dos anos.

**Tabela 4 – Como era a comunidade quando chegou?**

<b>RESPOSTAS</b>	<b>Nº DE VEZES CITADO</b>
Habitação Precária	9
Infraestrutura Deficiente	4
Segurança Pública Deficiente	1
Sem Escolas	1
Sem Pavimentação	16
Transporte Precário	3
Vegetação Acentuada	8
Outros	2

**Fonte:** Sena, 2023.

Como era de se esperar a ocupação da Vila Irmã Dulce por ter se dado em um espaço onde era em sua maior parte coberto por vegetação, não poderia ter em um primeiro momento os equipamentos de suporte para as necessidades sociais de uma comunidade, possuindo então infraestrutura precária, não havendo nem mesmo posto de saúde, postos de policiamento e escolas.

**Foto 8:** Logo após a ocupação os sem tetos começaram a limpeza da área.

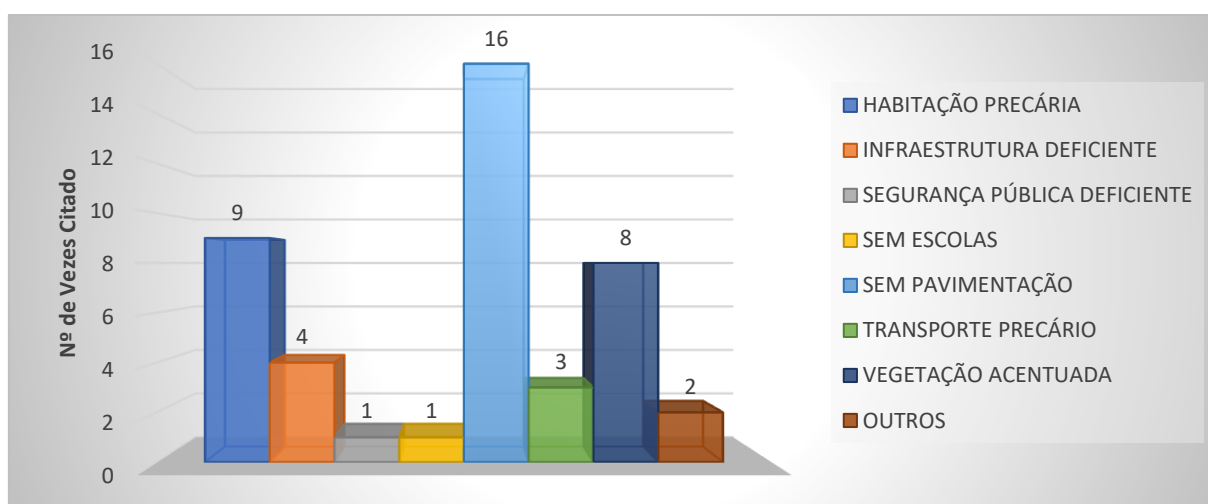


**Fonte:** Jornal O DIA, 04 de junho de 1998.

A seguir no gráfico 6 podemos perceber as principais informações dadas pelos entrevistados, sendo as ruas de terra ou ruas de barro ou piçarra, infraestrutura ruim, habitações precárias e predominância da vegetação os principais aspectos informados pelos entrevistados.

Caracterizando assim espaço coberto de vegetação sem benfeitorias urbanas podemos então dizer que o movimento se tratou de ocupação uma vez que o proprietário tinha posse de uma área que não era adequadamente utilizada, não tinha uma função social ou econômica definida, provavelmente se tratando de um espaço visando seu uso futuro.

**Gráfico 6 – Como era a comunidade quando chegou?**



**Fonte:** Sena, 2023.

A Vila Irmã Dulce passou por significativas transformações nos últimos anos. Para avaliar essa evolução, os moradores foram questionados sobre as mudanças mais relevantes que presenciaram na comunidade. As respostas revelam que as principais melhorias ocorreram nas áreas de infraestrutura, educação e saúde, demonstrando um progresso positivo em aspectos essenciais para o bem-estar da população.

**Tabela 5** – Principais mudanças que aconteceram na comunidade

RESPOSTAS	Nº DE VEZES CITADO
Comércio	1
Educação	6
Habitação	1
Infraestrutura	13
Saúde	6
Segurança	2
Transporte	3

**Fonte:** Sena, 2023.

**Foto 9:** Pé de pequi na comunidade em 1998



**Fonte:** Alexis Leite

**Foto 10:** Pé de pequi na comunidade em 2012



**Fonte:** Google Street View, 2012

**Foto 11:** Primeiros anos de ocupação da Vila Irmã Dulce



**Fonte:** Alexis Leite

**Foto 12:** Av. principal Vila Irmã Dulce em 2024, ponto onde ficava o Pé de Pequi.



**Fonte:** Google Street View, 2024.

As fotos 9, 10, 11 e 12 exibem de forma clara, as mudanças físicas e sociais ocorridas na Vila Irmã Dulce ao longo dos anos. A sequência de fotografias, iniciando com o registro do pé de pequi em 1998, permite visualizar o processo de ocupação do espaço urbano a partir de um marco natural que, para muitos moradores, servia como ponto de referência e até mesmo como espaço de encontro nos primeiros anos da ocupação. A árvore, solitária no meio de um terreno então descampado, representa não apenas a paisagem da época, mas também a realidade

de um lugar ainda sem infraestrutura, onde o chão batido, o improvisado e a esperança marcavam o cotidiano.

A foto de 2012 mostra esse mesmo espaço já em transformação. O pé de pequi permanece, mas agora rodeado por construções mais consolidadas, ponto de ônibus, ruas asfaltadas e presença de moradores que, aos poucos, foram estruturando suas vidas no território. Os relatos colhidos durante as entrevistas confirmam esse processo de transformação: muitos entrevistados relembram com detalhes os desafios enfrentados para levantar as primeiras casas, organizar os lotes, delimitar as ruas e pressionar o poder público por melhorias. O pé de pequi, citado por alguns moradores, funcionava como ponto de encontro, referência para eventos comunitários e até como sombra para o descanso, sendo parte viva da memória coletiva da comunidade.

Já na imagem mais recente, de 2024, observa-se a completa transformação do espaço: o antigo terreno plano e o pé de pequi dão lugar a uma avenida asfaltada, com iluminação pública, sinalização e fluxo de veículos. O ponto onde antes existia o pequi tornou-se parte da principal via de acesso da Vila, simbolizando o avanço da urbanização e a conquista de direitos básicos.

Essa evolução é resultado direto da luta coletiva dos moradores, como também demonstrado nos depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo. O que antes era um terreno vazio e sem nome, hoje é espaço consolidado, estruturado e, sobretudo, reconhecido. As imagens, nesse sentido, não apenas ilustram o que foi descrito teoricamente, mas também confirmam, de forma visual e concreta, o processo de produção e transformação do espaço urbano vivenciado na Vila Irmã Dulce.

Quando foram questionados a quem eles atribuem essas mudanças ou conquistas para a comunidade a maioria dos entrevistados associa essas conquistas aos próprios moradores da comunidade, que, segundo eles, conquistaram com muita luta correndo atrás, cinco entrevistados citaram que as conquistas foram conseguidas por intermédio do presidente do bairro, seis informaram que foi o poder público que trouxe essas mudanças/melhorias e uma pessoa associou a associação de moradores como pode ser comprovado na tabela 6 a seguir.

**Tabela 6** – Principal responsável pelas mudanças segundo os entrevistados.

<b>RESPOSTAS</b>	<b>Nº DE VEZES CITADO</b>
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1
PRESIDENTE DO BAIRRO	5
PODER PÚBLICO	6
MORADORES DA COMUNIDADE	8

**Fonte:** Sena, 2023.



Ao serem questionados sobre o que ainda há para melhorar a maioria dos entrevistados, ou seja, doze de vinte dos mesmos informaram que a segurança ainda é precária e que isso é um fator muito negativo no dia a dia dos moradores que tem que lidar com a insegurança nas ruas da comunidade diariamente. Resultados na tabela 7 a seguir:

**Tabela 7** – Área mais precarizada na comunidade segundo os entrevistados.

<b>RESPOSTAS</b>	<b>Nº DE VEZES CITADO</b>
EDUCAÇÃO	2
INFRAESTRUTURA	4
SEGURANÇA	12
TRANSPORTE	2

**Fonte:** Sena, 2023.

Como pode ser verificado na tabela 5 das principais mudanças que aconteceram na comunidade podemos ver que desde a chegada dos entrevistados na Vila melhorias na segurança somente foi citada por dois dos vinte entrevistados e quando comparamos com a tabela 7 da área mais precarizada que é a segurança em questão fica claro que é esse o ponto fraco da comunidade.

Uma vez que nas ocupações, nos agrupamentos subnormais em geral demora-se muito tempo para que se implementem as assistências sociais necessárias para o bom funcionamento da segurança, saúde e educação de um agrupamento humano, acabam ocorrendo conflitos nesses espaços, sejam disputas por melhores terrenos de moradia, conflitos pelo domínio de território por indivíduos ou grupos de indivíduos violentos, dentre outros motivos acaba que as ocupações, invasões, vilas e ou favelas se tornem a princípio lugares propícios a violência e sejam muito mal vistas pelos demais espaços urbanos da cidade.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo geral compreender a dinâmica de ocupação e uso do espaço urbano da Vila Irmã Dulce, localizada na zona sul de Teresina-PI, destacando os processos sociais e territoriais que marcaram sua formação e consolidação. Para isso, foram estabelecidos dois objetivos específicos: (1) caracterizar o processo de ocupação da comunidade, identificando suas origens e os agentes envolvidos; e (2) verificar como foram implantados os primeiros equipamentos públicos que deram suporte à população, como escolas, unidades de saúde e infraestrutura urbana básica.

A partir da análise bibliográfica e das informações obtidas por meio das entrevistas com os moradores mais antigos da vila, foi possível perceber que o surgimento da Vila Irmã Dulce está intimamente ligado à ausência de políticas habitacionais inclusivas na cidade de Teresina.

A ocupação, que começou de forma organizada e coletiva em 1998, foi marcada por ações de resistência, articulação popular e apoio de lideranças comunitárias e religiosas. Com o passar dos anos, os próprios moradores, por meio de mutirões, parcerias locais e pressão sobre o poder público, conseguiram conquistar melhorias significativas, como o acesso à educação, à saúde, à pavimentação e à iluminação pública. Esses avanços confirmam que a produção do espaço urbano na vila não se deu de forma aleatória, mas foi fruto de um esforço coletivo constante.

As imagens analisadas ao longo do trabalho — como a sequência do pé de pequi e os registros das escolas e espaços comunitários — reforçam visualmente os dados coletados em campo, comprovando as transformações reais ocorridas no território. Da precariedade das primeiras casas de palha até a consolidação de centros educacionais e espaços de convivência, o que se vê é um espaço urbano construído a partir da luta e da persistência dos seus próprios moradores. A Vila Irmã Dulce representa, portanto, mais do que um bairro periférico de Teresina: ela é símbolo de resistência, de pertencimento e de superação das barreiras impostas pela exclusão social.

Dessa forma, os objetivos propostos foram plenamente alcançados, permitindo não apenas compreender o processo histórico e social que originou a comunidade, mas também reconhecer a força coletiva que moldou esse espaço urbano ao longo dos anos. Espera-se que este estudo possa contribuir com o debate sobre a produção desigual das cidades brasileiras e reforçar a importância da escuta e do reconhecimento dos territórios populares como sujeitos ativos da cidade. A Geografia, nesse sentido, assume um papel essencial ao revelar os significados, as contradições e os valores presentes no território construído pelas mãos do povo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme do Couto de. **Invasão ou ocupação? Ensaio sobre a função social da propriedade.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1158, 2 set. 2006.
- BARROS, Lucineide. M. **Vila Irmã Dulce:** a cidade que continua a nascer da luta dos que sofrem. IN: Encarte Especial dos 150 anos de Teresina. O Dia, Teresina, 2002.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico 2010 - aglomerados subnormais:** primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole:** fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. 368p.
- CORRÊA, Roberto. L. **O espaço urbano.** ed. Ática. São Paulo. 2002.
- CARVALHO, Inga Michele Ferreira. **Direito à propriedade e conflito social:** a Vila Irmã Dulce como estudo de caso. Teresina, 2000.
- FAÇANHA, Antônio. C. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais na cidade. 1998. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.
- FARIA, Marin G. S.; CALIXTO, Maria José M. S. **Ocupação “irregular”:** a outra faceta do processo de apropriação do espaço urbano. In: CALIXTO, Maria José M. S (org.). **O Espaço urbano em redefinição:** Cortes e Recortes para a Análise dos Entremeios da Cidade. Dourados, MS: ed. Da UFGD, 2008.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.
- LIMA, Antônia. J. de. **Gestão urbana e políticas de habitação social:** Análise de uma experiência de urbanização de favelas – 1.ed. – São Paulo: Annablume, 2010.
- QUEIROZ FILHO, Alfredo P. de. **As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais:** abordagem da análise de conteúdo. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 7, n. 3, p. 340-353, 2015.
- RODRIGUES NETO, E. X. **Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina:** um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. 2005. 155f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.
- RODRIGUES, Arlete. M. **Moradia nas cidades brasileiras.** ed. 10. São Paulo. Contexto, 2003.
- SILVA, Arnaldo Eugênio Neto da. **A bruxa má de Teresina:** um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um “lugar violento” (1998-2005). 2005.136f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Teresina, 2005.



SPÓSITO, Eliseu S. **A vida nas cidades**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TERESINA. **Censo das Vilas e Favelas 1999**. Teresina. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo – SEMHUR, 2000.

TERESINA. **Memória da Habitação na Gestão Municipal em Teresina**: Informativo das áreas de assentamento da PMT e ocupações irregulares em Teresina. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação– SEMPLAN, Teresina, 2015. 1 CD-ROM.

TERESINA. **Perfil dos bairros: regional** SDU Sul. Disponível em<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANGELIM-2015.pdf>>.

VIANA, Masilene. R. **E os “sem-teto” também tecem a cidade**: As ocupações urbanas em Teresina (1985-1990). 1999. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC. São Paulo. UFPI. Teresina, 1999.

VIEIRA, Ângela O.; FAÇANHA, Antônio C. Ocupação **Vila Irmã Dulce**: uma experiência na luta urbana de Teresina (PI). In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, Presidente Prudente, SP. **Anais da XI ANPEGE**. Presidente Prudente: UNESP, 2015

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES MAIS VELHOS  
DA COMUNIDADE**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL**  
**CURSO: LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**  
**DISCIPLINA: PRÁTICA DE PESQUISA**  
**PROFESSORA: ELISABETH MARY DE CARVALHO BAPTISTA**  
**DISCENTE: CASSYUS LUCAS SAMPAIO DE SENA**

<b>QUESTIONÁRIO</b>
---------------------

<b>1. Como o(a) Sr(a) se chama?</b>
<b>2. Qual sua idade?</b>
<b>3. Qual sua Escolaridade?</b>
<b>4. Qual a renda familiar aproximada?</b>
<input type="checkbox"/> Menos de 1 salário mínimo
<input type="checkbox"/> Entre 1 e 2 salários mínimos
<input type="checkbox"/> Entre 2 e 3 salários mínimos
<input type="checkbox"/> Mais de 3 salários mínimos
<b>5. A quanto tempo o(a) Sr(a) mora na comunidade?</b>
<b>6. O(a) sr(a) participa das atividades da associação de moradores?</b>
<b>7. O(a) sr(a) pode nos contar como era aqui quando o(a) sr(a) chegou?</b>
<b>8. Para o(a) sr(a) quais as principais mudanças que aconteceram na comunidade?</b>
<b>9. As mudanças percebidas são atribuídas a quem (quem foi o principal responsável pelas mudanças)?</b>
<b>10. Qual área é mais percebida a alteração no bairro nos últimos 20 anos? (Cite no máximo 2 opções)</b>
<input type="checkbox"/> Infraestrutura (arruamento, água, energia)
<input type="checkbox"/> Educação
<input type="checkbox"/> Comércio
<input type="checkbox"/> Transporte

<input type="checkbox"/> Segurança
<input type="checkbox"/> Moradia
<input type="checkbox"/> Outro (cite): _____
<b>11. Qual área é a mais precarizada e ainda precisa de muito investimento? (Cite só 1 opção)</b>
<input type="checkbox"/> Infraestrutura (arruamento, água, energia)
<input type="checkbox"/> Educação
<input type="checkbox"/> Comércio
<input type="checkbox"/> Transporte
<input type="checkbox"/> Segurança
<input type="checkbox"/> Moradia
<input type="checkbox"/> Outro (cite): _____
<b>12. Na sua opinião, o que ainda há para mudar?</b>